



Processo nº 08190.113652/2020-77

Assunto: Manifestação aos recursos – Concorrência nº 001/2021.

DESPACHO SUFISC/SPO Nº 036/2021

Senhora Secretária,

1. Trata-se de manifestação aos recursos referentes à Habilitação – Qualificação Técnica, inserida no subitem 6.10, do item 6 do Edital de Concorrência nº 001/2021, que tem por objeto a contratação de empresa de engenharia para a execução do remanescente da obra de construção do edifício das Promotorias de Justiça de Brasília.

1.1. GCE S.A.

1.1.1. MANIFESTAÇÃO: Pretendendo a reforma da decisão que a inabilitou, a empresa GCE S.A. invoca para si, a Súmula 263 do e. TCU a respeito da exigência de comprovação de *capacidade técnico operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes.*

1.1.2. Cabe destacar que todo o interregno temporal entre a data de lançamento do edital e a abertura do certame transcorreu *in albis* pela licitante, momento oportunizado a qualquer cidadão impugnar os termos do edital licitatório.

1.1.3. Vale dizer com isto, que não tendo havido qualquer objeção aos termos do edital, há clara conformidade às regras que se aplicam indistintamente e de forma isonômica a todos que se propuseram a participar do certame licitatório.

1.1.4. Quanto aos fatos elencados, merece destaque o excerto da peça recursal em que a empresa argumenta que:

... a Administração olvidou-se de analisar o atestado de capacidade técnica emitido pela GBT S/A Concessionária de Infraestrutura Predial e Serviços de TI, registro no CREA-DF nº 0720140001314, em favor do Consórcio TG, formado pelas empresas Termoeste S/A Construções e Instalações e GCE S.A. e seus responsáveis técnicos (páginas 83 a 167 do volume 4 - documentação de habilitação) e a certidão de acervo técnico nº 0720140001314 emitida pelo CREA-DF do profissional Paulo Marques Junqueira Guimarães (páginas 83 a 98 do volume 4 - documentação de habilitação). Grifos nossos

1.1.5. Em relação à matéria, o edital é bastante cristalino ao estabelecer em seu item 6.10.2.4 que:

6.10.2.4. Não serão aceitos Atestados de serviços ainda não concluídos, executados parcialmente ou em andamento, não serão aceitos Atestados de trabalhos executados em consórcio, bem



como não serão aceitos Atestados de serviços de manutenção predial e manutenção em instalações em geral. Grifo nosso

- 1.1.6. Conforme atestado pela própria licitante em seu recurso, a obra que deu origem ao referido atestado foi **executado em regime de consórcio** e, por esta razão, **não foi considerado**. Portanto, não restou comprovada as exigências *dos itens 6.10.2 - (c) e (f) 6.10.3 (c) e (e)* estabelecidas no edital.

1.2. GONAR ENGENHARIA LTDA. - EPP

- 1.2.1. MANIFESTAÇÃO: Em atenção à área de competência desta unidade, a manifestação cingir-se-á ao pressuposto de qualificação técnica, contido no item 6.10 do Edital licitatório, porquanto a questão referente à qualificação econômico-financeira foi analisada pela unidade competente, conforme peça 133.
- 1.2.2. Pretendendo a reforma da decisão que a inabilitou, a empresa argumenta que, para fins de comprovação de preenchimento dos requisitos editalícios, houve comprovação de vinculação de todos os profissionais exigidos no certame, nos termos do item 6.10.1 do Edital.
- 1.2.3. Pois bem, após reanálise dos documentos que foram anexados pela empresa, verificou-se a comprovação do vínculo laboral do engenheiro mecânico Marcos Vinícius Paes de Carvalho, por meio de Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviço. Portanto, atendendo ao preceito exigido no item 6.10.1. do Edital.
- 1.2.4. Superada esta questão, passamos à análise dos atestados de capacidade técnica que foram apresentados para fins de habilitação.
- 1.2.5. Quanto ao Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa One Empreendimentos Imobiliários S.A. - SPE, suscitou-se dúvida pertinente à subestação de energia, situação que demandou diligência até o imóvel localizado na rua das Paineiras, lote 6, denominado Edifício ONE.
- 1.2.6. Em diligência, não foi possível identificar o local da subestação de energia, inclusive por desconhecimento do encarregado da manutenção, mesmo exercendo suas atividades no empreendimento há pelo menos 10 anos, ou seja, desde a conclusão da obra, consoante informação fornecida.
- 1.2.7. Causou-nos espécie o comentário, tanto do encarregado quanto da síndica (Sra. Beatriz) de que o empreendimento teria sido executado pela construtora BASE.
- 1.2.8. Diante desta informação, consultamos o site <http://baseinvestimentos.com.br/Empreendimentos/481/167/OneMallBusinessResiden ce/> e pudemos constatar que o empreendimento em questão figura como portfólio da



empresa BASE Investimentos. De outro modo, em consulta ao sítio eletrônico da empresa GONAR ENGENHARIA LTDA., o empreendimento é inexistente.

- 1.2.9. Outra divergência encontrada foi quanto a datas de construção e inauguração do empreendimento. No site da BASE a obra teria começado em março de 2007 e concluída em julho 2011, inclusive com fotos do desenvolvimento da obra, já no atestado apresentado consta o início da obra em 2011 e a conclusão em 2016.
- 1.2.10. Ante a dúvida, procedemos diligência perante a empresa Base investimentos, localizada no SHIS QI 15 – Lago Sul – DF. Após breve contextualização, a Sra. Amanda também manifestou ser de seu conhecimento de que o empreendimento teria sido executado pela empresa Base.
- 1.2.11. Diante da necessidade de maiores esclarecimentos, foi encaminhado o Ofício SG/PGJ/MPDFT, o qual não obtivemos retorno.
- 1.2.12. Por todo exposto, ficam claras e evidenciadas as inconsistências relacionadas ao Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa ONE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A - SPE, razão pela qual não foi considerado.
- 1.2.13. Sugerimos ainda que seja dado encaminhamento visando a apuração de possíveis irregularidades quanto à documentação apresentada.
- 1.2.14. Quanto ao Atestado emitido pela empresa MVG Engenharia, trata-se de obra executada em conjunto com a empresa emitente do Atestado, caracterizando que a obra foi executada em regime de consórcio, enquadrando-se, portanto, na vedação prevista no item 6.10.2.4 do Edital de Licitação.
- 1.2.15. Já nos atestados emitidos pelo TJDF, não foram atendidas às exigências do item 6.10.2, alíneas (f) e (g) para capacidade técnico-operacional. Ademais, não houve apresentação das Certidões de Acervo Técnico correspondentes aos profissionais que atuaram na obra, razão pela qual, não foram atendidas as exigências do item 6.10.3 do edital.
- 1.2.16. No tocante à comprovação de capacidade técnico-profissional relativa à instalação de sistema central de condicionamento de ar de expansão direta ou indireta, com capacidade térmica nominal de no mínimo 60 TR's, foi atendida por meio dos atestados do Protoncor, Construtora Líder e Hospital Madre Tereza.
- 1.2.17. Por todo exposto, a empresa não atendeu as exigências 6.10.2, alíneas (f) e (g) e 6.10.3, alíneas (a), (b), (c), (d), (e) e (f) do edital.

1.3. CIVIL ENGENHARIA LTDA.

- 1.3.1. MANIFESTAÇÃO: Em atenção à área de competência desta unidade, a manifestação cingir-se-á ao pressuposto de qualificação técnica, contido no item 6.10 do Edital licitatório, porquanto a questão referente à qualificação econômico-financeira foi tratada pela unidade competente, à peça 133.



- 1.3.2. Na análise inicial, a empresa não logrou êxito em comprovar a capacidade técnico operacional das alíneas (f) e (g) do item 6.10.2, quais sejam:
- a. não foram apresentados atestados que comprovem a execução de sistema de automação predial ou de ar-condicionado, que permita verificar controle e/ou supervisão sobre no mínimo 100 pontos de automação, comprovada por um único Atestado, nos termos da alínea “f” do item 6.10.2 do Edital de Licitação.
 - b. não foram apresentados atestados que comprovem a execução de instalação de sistema central de condicionamento de ar de expansão direta ou indireta, com capacidade térmica nominal de no mínimo 60 TR’s, comprovada por um único Atestado, nos termos da alínea “g” do item 6.10.2 do Edital de Licitação.
- 1.3.3. Pretendendo a reforma da decisão que a inabilitou, a recorrente suscita a necessidade análise por semelhança entre as experiências técnicas atestadas e o objeto da licitação, ressaltando ainda, a falta de razoabilidade do edital, eis que a recorrente argumenta que **“por diversas perspectivas, supera a exigência editalícia de capacidade técnica, além de que contemplam as especificações ditas por não demonstradas.”**
- 1.3.4. Conforme já asseverado na manifestação ao recurso da empresa G.C.E. S.A., deve-se ponderar que não se trata disto, mas sim, de análise de serviços de natureza, técnicas e complexidades compatíveis com as exigências editalícias.
- 1.3.5. Cabe destacar que o interregno temporal entre a data de lançamento do edital e a abertura do certame transcorreu *in albis* pela licitante, momento oportunizado a qualquer cidadão impugnar os termos do edital licitatório.
- 1.3.6. Vale dizer com isto, que não tendo havido qualquer objeção aos termos do edital, há clara conformidade às regras que se aplicam indistintamente e de forma isonômica a todos que se propuseram a participar do certame licitatório.
- 1.3.7. Quanto à análise, o atestado referente à Certidão de Acervo Técnico 0720180001430 que trata da construção de edifício residencial, não atendeu às exigências relativas às instalações elétricas contendo: subestação abrigada de energia; instalação de no break; instalação de grupo motor gerador a diesel; e execução de sistema de automação predial ou de ar-condicionado, além de constituir-se em autodeclaração de capacidade técnica.
- 1.3.8. Passando a discorrer sobre os itens das exigências que não foram atendidos, temos que:
- 1.3.9. No tocante à alínea (g) do item 6.10.2 do Edital de Licitação, que trata da execução de instalação de sistema central de condicionamento de ar de expansão direta ou indireta, com capacidade térmica nominal de no mínimo 60 TR’s, comprovada por um único atestado, procedemos diligência ao local indicado no atestado de capacidade técnica - Hospital São Francisco - na data de 12/08/21, sendo estas as seguintes informações coletadas:



- a. Acompanhado do engenheiro Rafael (cel. 98154-5759 - Hospital São Francisco) e do senhor Joanes (Engefrio – Hospital São Francisco), visitamos a cobertura da edificação onde encontram-se instalados os equipamentos de ar condicionado do Hospital São Francisco;
 - b. No atestado emitido pelo Hospital São Francisco e apresentado para fins de comprovação da exigência editalícia, consta instalação de **central de ar condicionado 150 TR's**. Todavia, os equipamentos existentes no local totalizam 5 unidades, e, segundo informações dos técnicos que acompanharam a visita, são das seguintes capacidades: 2 equipamentos de 15 TR's, 1 equipamento de 10 TR's, e 2 equipamentos de 20 TR's, **totalizando 80 TR's**, cuja data de fabricação foi em **2015**, inferindo possível substituição dos equipamentos.
- 1.3.10. Apesar da dificuldade de verificação da capacidade do equipamento, restou comprovado que a empresa CIVIL ENGENHARIA não só instalou a central de ar condicionado, mas todo o sistema de refrigeração, cumprindo assim, a exigência do item 6.10.2, alínea (g) do Edital de Licitação.
- 1.3.11. No que diz respeito à exigência de comprovação referente à execução de sistema de automação predial ou de ar-condicionado, que permita verificar controle e/ou supervisão sobre no mínimo 100 pontos de automação, comprovada por um único atestado, nos termos da alínea (f) do item 6.10.2 do Edital de Licitação, procedemos diligência ao imóvel do SESC Taguatinga, tendo sido atendidos pelo Sr. Eduardo, gerente da unidade, que nos franqueou a visita às instalações.
- 1.3.12. O atestado do SESC menciona a instalação de rede certificada com 628 pontos de dados e **voz**, o que não se vincula a uma relação direta de que os pontos mencionados se referem à automação, conforme pretende a empresa.
- 1.3.13. Na ocasião da diligência, fomos informados pelo artífice das instalações de que o local não dispõe de automação predial, eis que todos os comandos de iluminação, ar condicionado, entre outros são realizados mediante acionamento manual dos disjuntores localizados no quadro de energia. Tal fato foi confirmado pelo Engenheiro do SESC, senhor Guilherme.
- 1.3.14. Da mesma forma no Hospital São Francisco não foi identificado serviço de automação.
- 1.3.15. Portanto, não restou comprovada as exigências dos itens 6.10.2 - (f) e 6.10.3 - (f) estabelecidas no edital.
- 1.4. ÁBACO CONSTRUTORA LTDA.**
- 1.4.1. MANIFESTAÇÃO: No que tange ao recurso interposto pela empresa Ábaco Construtora Ltda., verifica-se que o motivo de sua inabilitação se baseou na ausência de comprovação de execução de sistema de automação predial ou de ar-condicionado, que permita verificar controle e/ou supervisão sobre no mínimo 100 pontos de automação,



comprovada por um único Atestado, nos termos da alínea (f) do item 6.10.2 do Edital de Licitação.

- 1.4.2. Pretendendo a reforma desta decisão, a empresa recorrente apresenta a cópia do contrato firmado entre o SESC e a empresa construtora BIAPÓ - emitente do atestado em favor da ÁBACO Construtora, que por sua vez demonstrou por meio de e-mails daquela época, a relação de subcontratação e execução dos serviços.
 - 1.4.3. Ressalta-se que a subcontratação de serviços foi expressamente admitida no contrato firmado entre o SESC e a BIAPÓ, conforme cláusula décima primeira – item 1.6, doc. 128.4.2.
 - 1.4.4. Assim, restou comprovada a relação contratual entre SESC, Construtora BIAPÓ Ltda. e ÁBACO Construtora Ltda, bem como a responsabilidade técnica pela execução dos serviços pela empresa licitante, razão pela qual o atestado poderá ser considerado. Desta forma, a documentação relativa à comprovação de qualificação técnica apresentada pela empresa ÁBACO CONSTRUTORA LTDA. ATENDE às exigências contidas no edital.
2. Diante do exposto, sugerimos o encaminhamento da presente análise à SLIC para prosseguimento dos trâmites.

Assinado por:

AILSON SANTIAGO DE FARIAS - NUMEC/SUMEG em 17/08/2021.

MARCILENA RIBEIRO DE VASCONCELOS - SUFISC/SPO em 17/08/2021.

SHERMAN ARAUJO VITO - NUEL/SUMEG em 17/08/2021.

WAYNER SUSSUMU HASHIMOTO - SPO/SG em 17/08/2021.

.